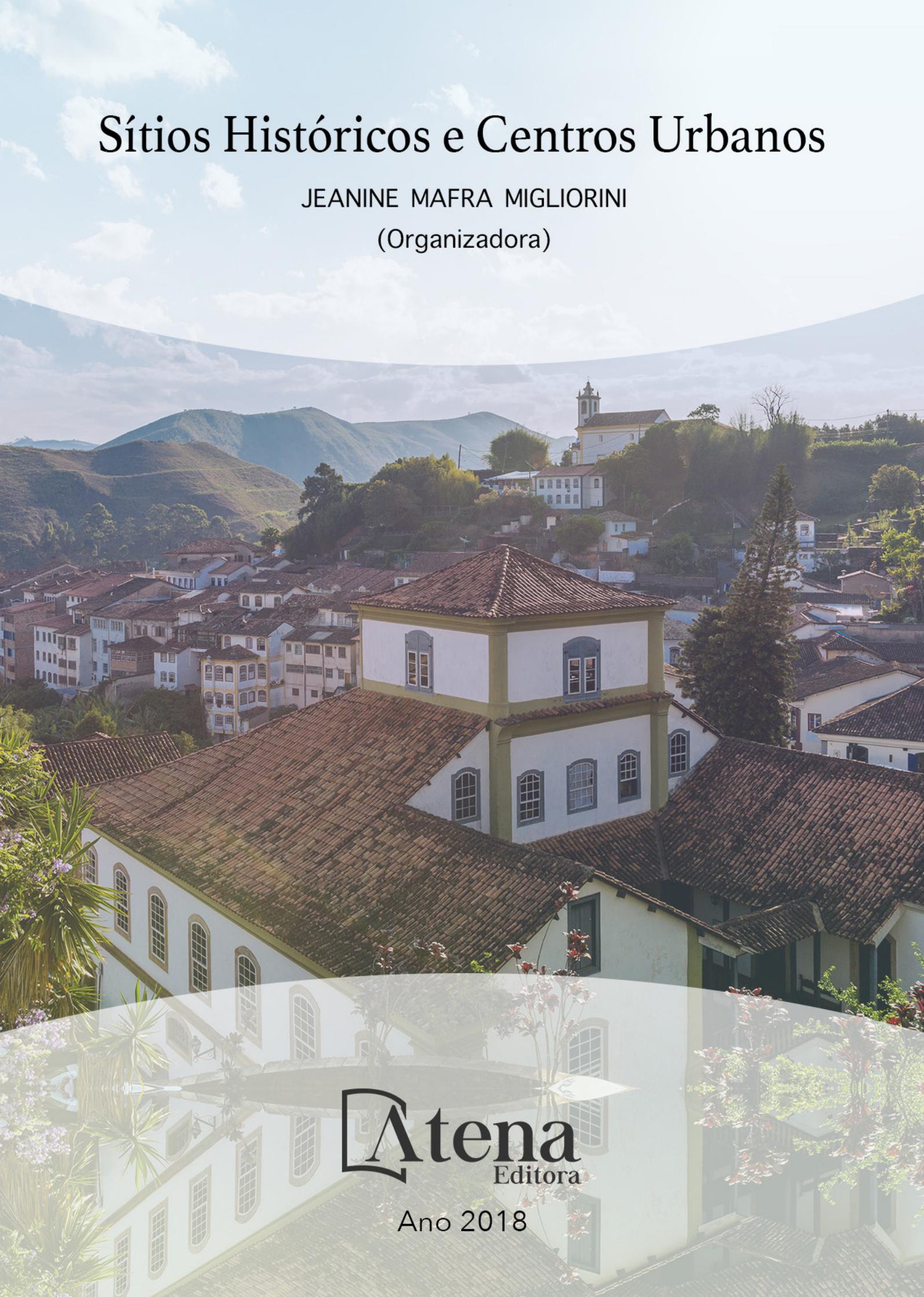


Sítios Históricos e Centros Urbanos

JEANINE MAFRA MIGLIORINI

(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Sítios Históricos e Centros Urbanos

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
S623	Sítios históricos e centros urbanos [recurso eletrônico] / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-85107-38-3 DOI 10.22533/at.ed.383182609 1. Arquitetura – Conservação e restauração. 2. Patrimônio cultural – Proteção. I. Migliorini, Jeanine Mafra. II. Título. CDD 720.288
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Patrimônio pode ser entendido como algo de valor, que merece cuidado e exige atenção para que se mantenha. Esta definição deve ser aplicável ao patrimônio econômico e ao cultural. Então por que é tão difícil a compreensão da necessidade do cuidado com o patrimônio cultural? O patrimônio cultural possui um valor intangível, e por isso é tão difícil mensurar sua importância. É necessário fazer perceber que valorizar o patrimônio cultural é respeitar nosso ser social, no contexto e entorno.

Entretanto a discussão sobre o patrimônio é abrangente e delicada, uma vez que muitas vezes interfere em bens particulares, que possuem valor para a sociedade, essa é uma das grandes polêmicas que envolvem este assunto. Isto nos leva a mais um questionamento: o que deve ser preservado? Esta é uma resposta que cabe aos especialistas, que analisam um contexto, deixando de lado interesses pessoais, uma vez que deve prevalecer o interesse comunitário. Estes pareceres são técnicos, e não poderiam ser alterados por poderes políticos: eis aqui mais uma questão delicada referente ao patrimônio.

Em meio à tantas contendas devemos refletir sobre a necessidade de interferência do poder público, para a conservação de nossa história, de nossos bens materiais e imateriais, culturais e naturais. Não deveria ser intrínseco ao ser humano a necessidade de cultivar nossa história, nossos bens comuns? Lanço mais um questionamento: o poder público, responsável pela árdua tarefa de classificar, atender, vigiar e punir, se necessário, o descaso com nosso patrimônio, realmente está cumprindo seu papel? Ainda: tem interesse em cumprir esse papel?

A cultura é inerente ao ser humano, e sua importância deveria ser inquestionável, mas o que vemos atualmente é um grande descaso, gerando graves consequências para cada um de nós e para todos nós. Estes são alguns dos pontos que justificam a necessidade crescente de discutir, estudar, analisar e cuidar dos nossos tão preciosos patrimônios. Como isso é possível? Enumero algumas ações possíveis discutidas neste livro.

Incentivar a restauração de bens em estado de degradação, esta feita por profissionais qualificados, que podem conduzir o processo com competência e qualidade, e para isso existem leis, uma vez conhecidas podem ser cobradas por todos. Por isso o conhecimento sobre o patrimônio, sobre sua importância é tão fundamental.

Outra ação possível, que vai ao encontro desta, é a criação de rotas patrimoniais, para que chegue até o público o conhecimento, a vivência, a experiência. As temáticas para desenvolver este trabalho são vastas, basta interesse. O que nos leva à mais uma ação: a gestão patrimonial, quer seja pública ou privada. Deve ser exercida para uma manutenção apropriada dos bens. Para que isso ocorra é necessário que se criem ou se exerçam políticas patrimoniais. Através delas pode, ou não, ser incentivado o cuidado, a valorização e até mesmo a percepção acerca do patrimônio, por parte da população.

Em meio a tudo isso o tema que acredito ser a base para que todo este cenário ocorra: a educação patrimonial, que dá subsídios para que as outras ações ocorram, é o conhecimento que permite a apropriação, o desenvolvimento do sentimento de pertença, e conseqüente valorização do patrimônio.

É um caminho de muitas pedras, mas que deve ser iniciado com determinação, por aqueles que são os disseminadores dessas ações. Este livro é um desses passos de reconhecimento desta caminhada.

Boa leitura e engaje-se nesta luta!

Prof.^a Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO MOTIVADORA DO AUTO RECONHECIMENTO HISTÓRICO DO INDIVÍDUO SOCIAL CACERENSE	
<i>Thais Lara Pinto de Arruda</i> <i>Rafael Leandro Rodrigues dos Santos</i> <i>Veruska Pobikrowska Tardivo</i>	
CAPÍTULO 2	16
OLHARES SOBRE O BAIRRO LAGOINHA: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, IMAGENS COTIDIANO E MEMÓRIAS	
<i>Loque Arcanjo Júnior</i> <i>André Luiz Rocha Mattos Caviola</i>	
CAPÍTULO 3	28
A UFBA NA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: UMA TRAJETÓRIA PIONEIRA NA PESQUISA E NA FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL PARA A RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS.	
<i>Renata Lucena Gribel</i>	
CAPÍTULO 4	40
A CIDADE FICOU VELHA? ENTRE POLÍTICA PATRIMONIAL E A PERCEPÇÃO DE PATRIMÔNIO DOS MORADORES DO BAIRRO DA CIDADE VELHA, BELÉM, PARÁ	
<i>Sabrina Campos Costa</i> <i>Edgar Monteiro Chagas Junior</i>	
CAPÍTULO 5	52
REFLEXÕES E POSSIBILIDADES ACERCA DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO CONTEXTO DE UM ARRAIAL DE MINERAÇÃO DO SÉCULO XVIII	
<i>Lucas de Paula Souza Trancoso</i>	
CAPÍTULO 6	68
A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE RISCOS PARA MUSEUS LOCALIZADOS EM ÁREAS REMOTAS	
<i>Micheli Martins Afonso</i> <i>Karen Velleda Caldas</i> <i>Juliane Conceição Primon Serres</i>	
CAPÍTULO 7	77
O IMPACTO DAS INUNDAÇÕES SOBRE ALVENARIAS HISTÓRICAS EM TIJOLO CERÂMICO: A DESTRUIÇÃO GRADATIVA DO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTA LEOPOLDINA [ES]	
<i>Luciana da Silva Florenzano</i> <i>Renata Hermann de Almeida</i>	
CAPÍTULO 8	93
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE BIOTÉCNICAS NA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ENCOSTAS NOS QUINTAIS DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA	
<i>Clodomir Barros Pereira Junior</i> <i>André Cardim Aguiar</i>	

CAPÍTULO 9	109
JARDINS DE BURLE MARX: UM PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO MODERNO A SER PRESERVADO NA CIDADE DE TERESINA/PI	
<i>Emanuelle de Aragão Arrais</i> <i>Ana Virgínia Alvarenga Andrade</i> <i>Ana Cristina Claudino de Melo</i>	
CAPÍTULO 10	119
O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL BRASILEIRO: REFLEXÕES À MEMÓRIA E HISTÓRIA DO SÉCULO XX	
<i>Ronaldo André Rodrigues da Silva</i>	
CAPÍTULO 11	135
FORTIFICAÇÃO E HUMANIDADE	
<i>Marcos Antonio Gomes de Mattos de Albuquerque</i> <i>Veleda Christina Lucena de Albuquerque</i>	
CAPÍTULO 12	148
ENTRE A HISTÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL: O PAPEL DO RECONSTRUIR SIMBÓLICO DA FEIRA DE SÃO CRISTÓVÃO	
<i>Elis Regina Barbosa Angelo</i>	
CAPÍTULO 13	160
A ROTA PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO: PROPOSTA EM CONCEIÇÃO DA BARRA/ES	
<i>Maísa Fávero Costa</i>	
CAPÍTULO 14	173
PAISAGENS DA MEMÓRIA: INFORMAR PARA PRESERVAR	
<i>Paulo José Lisboa Nobre</i> <i>Isaías da Silva Ribeiro</i>	
CAPÍTULO 15	187
A LEGITIMAÇÃO DA HISTÓRIA DA ARTE POR MEIO DA PINTURA MURAL	
<i>Larissa Gabe</i> <i>Mariela Camargo Masutti</i> <i>Maria Aparecida Santana Camargo</i>	
CAPÍTULO 16	198
A COR NAS SUPERFÍCIES ARQUITETÔNICAS PATRIMONIAIS: O CASO DA IGREJA DE N. S ^ª DA CONCEIÇÃO DOS PARDOS DE LARANJEIRAS SE/BR	
<i>Eder Donizeti da Silva</i> <i>Adriana Dantas Nogueira</i>	

CAPÍTULO 17 214

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO CONFORTO E FUNCIONALIDADE DAS EDIFICAÇÕES MODERNISTAS DE FORTALEZA

Rebecca Campos Leite Alencar

Isabelle Mendonça de Carvalho

Thaís Rebouças Vidal

Amando Candeira Costa Filho

CAPÍTULO 18 225

A RECONSTRUÇÃO E SUA EVOLUÇÃO NO MEIO PATRIMONIAL: DAS RUÍNAS AO MUSEU DE VARSÓVIA

Daniel de Almeida Moratori

CAPÍTULO 19 240

REFLEXÃO SOBRE A PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA EM OURO PRETO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO XX: RECONHECIMENTO E PRESERVAÇÃO

Patrícia Thomé Junqueira Schettino

Fernanda Alves de Brito Bueno

SOBRE A ORGANIZADORA..... 258

REFLEXÕES E POSSIBILIDADES ACERCA DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO CONTEXTO DE UM ARRAIAL DE MINERAÇÃO DO SÉCULO XVIII

Lucas de Paula Souza Troncoso

Zanettini Arqueologia / Doutorando do Programa de Pós-Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

lucastroncoso@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho pretende discutir a respeito da necessidade de estabelecimento de estratégias de valoração que reflitam sobre o processo de guarda do patrimônio cultural, manifestado sob a forma de testemunhos materiais e imateriais identificados no âmbito de estudos desenvolvidos no sítio arqueológico Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, associado ao contexto de mineração colonial observado na região do vale do Guaporé, no Estado do Mato Grosso. O ponto de partida desta reflexão busca discutir acerca da relevância que estudos de arqueologia preventiva apresentam na preservação do patrimônio arqueológico, levando em consideração que essa vertente da disciplina está diretamente relacionada ao crescimento exponencial de pesquisas no bojo do licenciamento ambiental ao longo da última década em nosso país. O presente ensaio tem como base premissas concernentes à discussão voltada à gestão do Arraial, tombado em esfera estadual, dando ênfase ao programa de pesquisa que vem sendo desenvolvido junto ao sítio arqueológico há mais de duas

décadas, e a possíveis futuras ações voltadas à sua preservação. Desta forma, tenciona-se demonstrar que é possível a prática de uma arqueologia preventiva que proponha reflexões críticas sobre o papel da arqueologia como ferramenta que permita demonstrar a importância do patrimônio arqueológico, buscando harmonizar os interesses da disciplina com os interesses da sociedade, inserindo a prática arqueológica dentro das necessidades e expectativas das comunidades, a fim de garantir a defesa e preservação do patrimônio.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia Preventiva; Arqueologia Histórica; Gestão do Patrimônio Arqueológico; Patrimônio Cultural.

ABSTRACT: This reflection intends to discuss about the need to establish valuation strategies that reflect on the process of preservation of cultural heritage, manifested in the form of material and immaterial testimonies identified in the scope of studies developed at the archaeological site Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, associated to the colonial mining context observed in the region of the Guaporé valley, in the State of Mato Grosso. The starting point of this reflection is to discuss the relevance of preventive archeology studies concerned with the preservation of archaeological heritage, taking into account that this discipline is directly related to the exponential growth of

researches carried out within the scope of environmental licensing over the last decade in our country. This essay is based on assumptions concerning the discussion about the *Arraial* management, which is an archaeological site protected by state laws that ensure its long-term preservation, with emphasis on the research program that has been developed at the archaeological site for more than two decades, and possible future actions aimed at its preservation. In this way, it is intended to demonstrate that it is possible to practice preventive archeology based on strict criteria, which proposes critical reflections on the role of archaeology as a tool for demonstrating the importance of archaeological heritage, seeking to harmonize the interests of the discipline with the interests of society, inserting the archaeological practice within the needs and expectations of the communities, in order to guarantee the defense and preservation of their heritage.

KEYWORDS: Preventive Archaeology; Historical Archaeology; Archaeological Heritage Management; Cultural Heritage.

1 | INTRODUÇÃO

Esta reflexão tem como base proposições relativas a projeto de pesquisa de doutorado em desenvolvimento, apresentado no âmbito do 1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil, e fundamentado no debate acerca da gestão do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, sítio arqueológico marcado por contexto de ocupação voltada à prática da atividade de mineração (séculos XVIII/XIX/XX). Acreditamos que a breve discussão aqui apresentada se encaixe à temática proposta para o Simpósio, fundamentalmente no que diz respeito à questão do estado da arte da preservação do patrimônio no Brasil. O ponto de partida deste trabalho busca tecer considerações a respeito da prática da arqueologia preventiva e sua relação com a gestão dos recursos arqueológicos, apontando para a relevância que estudos realizados no bojo desta vertente disciplinar apresentam diante da preservação do patrimônio arqueológico, e levando em consideração que a prática da arqueologia preventiva está diretamente relacionada ao aumento de pesquisas no âmbito do licenciamento ambiental ao longo da última década em nosso país. Cabe destacar que este breve ensaio tem como objetivo servir de esboço no intuito de apresentar, resumidamente, alguns elementos e possibilidades no que diz respeito à gestão e preservação do sítio arqueológico Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, levando em consideração o histórico do programa de pesquisa que o tem como alvo de estudos, bem como aspectos relativos à temática da arqueologia preventiva, campo disciplinar onde é desenvolvido o programa mencionado há mais de uma década.

2 | QUESTÕES ACERCA DA ARQUEOLOGIA PREVENTIVA E A GESTÃO DO PATRIMÔNIO

A arqueologia preventiva, conforme aponta Caldarelli (2000), tem suas raízes associadas a estudos desenvolvidos junto a obras do setor hidrelétrico em âmbito nacional, e é definida, segundo a autora, como uma categoria de pesquisa arqueológica voltada à localização, avaliação e estudo do patrimônio arqueológico em uma dada área destinada a abrigar um projeto de engenharia que provocará impactos no uso do solo (MONTICELLI, 2010), sendo, portanto, uma variante da disciplina arqueológica preocupada com a preservação de recursos arqueológicos sob risco de destruição (ENDERE, 2000).

Uma vez que se mostra como inevitável a necessidade de uma escolha criteriosa no estudo e preservação dos vestígios arqueológicos, é imperioso que os arqueólogos não apenas justifiquem seu trabalho e objetos de estudo, mas também exponham argumentos válidos sobre o significado, a relevância e o valor dos diversos bens arqueológicos (DARVILL, 2005; WILLEMS e DRIES, 2007). Deste modo, critérios de significância e relevância figuram no bojo das avaliações de impacto ambiental de empreendimentos com caráter desenvolvimentista, os quais acarretam em implicações na abrangência dos programas de mitigação e compensação envolvidos no processo de licenciamento. Em território nacional, tal quadro se vê refletido na importância que marca as ações de educação patrimonial bem como as atividades de divulgação científica aplicadas aos estudos arqueológicos (CALDARELLI, 2010).

O debate em torno do vínculo entre a arqueologia preventiva e o universo acadêmico recua, no cenário nacional, à década de 1980 (MENESES, 1988; BARRETO 2000; CALDARELLI, 1999; CALDARELLI e MONTEIRO DOS SANTOS, 2000; SCHMITZ, 2001; MONTICELLI, 2005; MONTEIRO DOS SANTOS, 2001; FOGOLARI, 2007; LIMA, 2010; ZANETTINI, 2008). Por sua vez, no que concerne ao contexto internacional, o campo também apresenta franca dilatação (ANCA, 2000; BERKSON, 2009; COLLCUTT, 1994; DEEBEN, 1999; ENDERE, 2000; CRESPI, 2001; DARVILL, 2005; FERRIS, 2002; HODDER, 1999; KING, 2002, 2005; MATHERS et al., 2005; SHARROCK & GRAYSON, 1979; SKEATES, 2000; WILLIAMSON, 2000; WILLEMS & DRIES, 2007; ZIMMERMAN, 1994, 2006).

Segundo aponta Lima (2010), os debates envolvendo essa temática expuseram concepções que, até então, se mostravam alheias à esfera da arqueologia, como, por exemplo, os conceitos de “Gestão” e “Patrimônio”, termos correntes em discussões acerca de aspectos jurídicos e institucionais voltados à apreciação de elementos associados à disciplina, que passaram a ser utilizados no âmbito da arqueologia junto aos órgãos oficiais de preservação em seu diálogo com os arqueólogos (LIMA, 2010, p. 2).

De acordo com Caldarelli (2010), os maiores desafios que o arqueólogo dedicado ao estudo e à gestão de bens arqueológicos em áreas destinadas a alterações

ambientais tem de enfrentar são:

Detectar, preservar e avaliar a significância desses bens, a maior parte das vezes não visíveis, não apenas para a geração de conhecimento, mas também para o compartilhamento desse conhecimento com as partes interessadas atuais e futuras. Incorporar às decisões do que estudar e do que preservar não apenas critérios arqueológicos, mas interesses e critérios das demais partes interessadas (CALDARELLI, 2010, p. 2).

Quando se discute o papel da arqueologia na contemporaneidade, torna-se clara a necessidade de se pensar em uma perspectiva dialógica em relação ao mundo exterior, que seja capaz de influenciar condutas e decisões nas esferas política, social e econômica, a fim de se exigir sua inclusão no debate público, de modo a divulgar e demonstrar o valor social que o patrimônio arqueológico representa junto aos diversos atores incluídos neste processo. A gestão correta dos recursos arqueológicos deve ser marcada por um conjunto amplo de concepções distintas que buscam respostas comuns, em conjunto, levando-se em consideração que a prática arqueológica sempre envolve uma negociação entre uma série de interesses conflitantes (HODDER, 2003; KING, 2005).

A identidade histórica de grupos e comunidades encontra no patrimônio arqueológico um fator fundamental para o seu estabelecimento e consolidação, sendo que o conjunto de bens que conformam tal patrimônio pode basear-se em experiências e conhecimentos que constituem uma espécie de suporte para a tomada de decisões em distintas esferas sociais, contribuindo para a criação de uma memória coletiva. A relevância dada aos bens arqueológicos varia entre as diversas partes interessadas, assim como as visões sobre o destino a ser dado aos bens arqueológicos e, desta forma, não se pode admitir uma visão onde o público passe a ser considerado como um consumidor passivo do passado, especialmente no que diz respeito às comunidades locais associadas a determinado patrimônio que, a partir do processo de disseminação dos dados referentes aos impactos dos empreendimentos, passam a se posicionar não apenas diante das consequências econômicas advindas da implantação desses empreendimentos, mas também sobre seus desdobramentos socioculturais (MACEDO, 2002).

A concepção do termo patrimônio ou bem cultural pode sugerir algo de valor perante o qual nos encontramos, sendo entendido como uma herança coletiva cultural do passado, capaz de conectar e relacionar comunidades do passado com os indivíduos no presente. Como destacado por Eliot (2013[1948]), até mesmo o mais simples dos objetos materiais, que é produto e símbolo de uma determinada civilização, é um emissário da cultura da qual é proveniente. Desta forma, podemos apontar que o patrimônio é formado por objetos que perduram ao longo do tempo, os quais podem ser entendidos como uma materialização da história, ou seja, testemunhos materiais de práticas e saberes, uma memória social.

Segundo King (2011), os recursos culturais podem ser entendidos como todos os aspectos do ambiente físico e suprafísico valorados pelas sociedades a partir de razões

relacionadas à cultura. De acordo com essa concepção, a noção de patrimônio envolve uma ampla gama de elementos, tais como sítios arqueológicos, edificações, lugares, paisagens, objetos, documentos, tradições, artes, meios de expressões, crenças, entre outros, cuja valoração está baseada na sua contribuição para a elaboração de formulações contemporâneas de valores e identidades. Nesse sentido, a gestão dos recursos culturais abarca o conjunto de ações necessárias para identificar e gerir tais fenômenos, assim como os processos que podem conduzir a alguma mudança daqueles (KING, 2011, p. 18).

O debate acerca do campo da gestão do patrimônio arqueológico ainda ocupa um espaço restrito no âmbito da arqueologia como disciplina, principalmente porque uma arqueologia voltada à gestão deve obedecer a um programa de ação específico, fundamentado em um corpo teórico que dê conta das mais diversas dimensões que a cercam (AMADO REINO et al., 2002). A necessidade de reavaliação do objeto de estudo, objetivos a serem alcançados, bem como metodologia de trabalho e a relação da disciplina com os processos sociais deve ser repensada, apresentando-se como uma constante no âmbito do processo de gestão, inclusive no tocante aos valores atribuídos a determinado bem cultural, aspecto crucial na tomada de decisões a respeito daquilo que deve ser preservado.

Os critérios admitidos para a gestão do patrimônio arqueológico que apresentam maior relevância estão associados, em nosso entendimento, ao aspecto da significância dos recursos arqueológicos. O ponto inicial para que sejam pensadas estratégias de gestão do patrimônio arqueológico deve considerar quais os valores que esse patrimônio possui e de que forma a sua gestão pode fazer com que o mesmo seja apreendido como algo que possa trazer benefícios às comunidades a ele relacionadas (LIPE, 2009). Desta maneira, uma avaliação acerca do patrimônio arqueológico deve basear-se em uma série de critérios valorativos que consigam identificar valores/significância de caráter social, científico, estético, econômico, entre outros, levando em consideração as particularidades de cada contexto avaliado (KING et al., 1977; SCHIFFER & HOUSE, 1977; MORATTO & KELLY, 1978; JULIANI, 1996; LIPE, 2009).

3 | A GESTÃO DE UM ARRAIAL DE MINERAÇÃO

Uma vez que, conforme já mencionado, esta reflexão está baseada em projeto de doutorado em desenvolvimento, cabe apontarmos que a mesma busca discutir, fundamentada tanto no debate sobre a gestão do patrimônio arqueológico, quanto em pressupostos teórico-metodológicos ligados à subdisciplina da arqueologia da mineração, a respeito do processo de guarda do patrimônio cultural, propondo uma reflexão crítica sobre o papel da arqueologia como ferramenta que permita demonstrar a importância do patrimônio arqueológico, garantindo a sua defesa e preservação. Desta forma, a pesquisa pretende apontar e sugerir elementos e propostas que colaborem para a elaboração de um plano de gestão voltado à preservação do sítio

arqueológico Arraial de São Francisco Xavier da Chapada (século XVIII), localizado no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, no estado do Mato Grosso, inserido no interior de um complexo de mineração de ouro em atividade (TRONCOSO, 2015) (Figura 1).



Figura 1. Indicação da localização do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada em relação à fronteira Brasil-Bolívia, na região do Guaporé mato-grossense, bem como de sua implantação no topo da Serra de São Vicente (poligonal em destaque), respectivamente.

O sítio Arraial de São Francisco Xavier da Chapada foi estabelecido ainda na primeira metade do século XVIII (1736), e é composto por um conjunto de edificações de grande porte, erigidas com blocos rochosos sobrepostos, associadas a moradias, áreas destinadas à exploração mineral, a ruínas de igreja, canalizações, entre outros tipos de estruturas, e, há mais de uma década, vem sendo estudado no âmbito de programa de arqueologia preventiva, sob a coordenação técnica da Zanettini Arqueologia, que tem como objetivo identificar e apreender elementos da vida cotidiana do arraial, assim como da complexa rede de mineração implantada na região do vale do Guaporé (Mato Grosso), entre os séculos XVIII e XIX, levando em consideração fontes diversas, tais como registros escritos, iconográficos e arqueológicos (artefatos e ecofatos

provenientes das atividades de extração mineral) (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011; TRONCOSO, 2015) (Figura 2).



Figura 2. Exemplos de remanescentes das edificações que compõem a área nuclear do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011).

O estudo em questão foi marcado por uma série de ações de resgate arqueológico e análise de porções do entorno imediato do Arraial que seriam impactadas em decorrência da instalação da lavra São Francisco, caracterizada por cava de mineração e demais equipamentos de exploração mineral de ouro. Cabe apontar que a área nuclear que conforma o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, em virtude do seu grau de integridade e relevância, foi tombada em esfera estadual pelo governo do Estado do Mato Grosso. Uma vez instalado o empreendimento, foram exaradas condicionantes no bojo do licenciamento, e, como medida de compensação, estabeleceu-se um plano de estudos periódicos a ser desenvolvido durante o período de via útil da mineração atual, caracterizado por campanhas anuais de monitoramento arqueológico que buscam desenvolver pesquisas no interior da área tombada do Arraial. Tais pesquisas são marcadas por atividades de acompanhamento da evolução das obras da mineração contemporânea diante da área tombada do Arraial, de avaliação de eventuais impactos junto às suas ruínas e edificações, e de identificação de novas evidências arqueológicas, de qualificar a área de forma mais pormenorizada por meio da avaliação do grau de integridade dos novos vestígios porventura identificados e cadastrados (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011) (Figura 3).



Figura 3. Escavações arqueológicas realizadas no interior de alguns dos remanescentes de edificações do Arraial (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011).

Cabe destacar que o programa de arqueologia realizado junto ao Arraial apresenta estreita relação com o Projeto Fronteira Ocidental, desenvolvido pela Zanettini Arqueologia entre os anos de 2000 e 2006, que objetivou o estudo da fronteira ocidental do país, na região do vale do rio Guaporé, avaliando as estratégias da política pombalina a fim de estabelecer a manutenção dos limites da colônia lusitana na América a partir da consolidação de projetos colonizadores relacionados às atividades de mineração durante o período colonial. O Projeto Fronteira Ocidental desenvolveu uma série de ações voltadas ao resgate, preservação e extroversão do conhecimento obtido com a pesquisa arqueológica e histórica realizada na microrregião do Alto Guaporé (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2002; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011; TRONCOSO, 2013) (Figura 4).



Figura 4. Exemplos de ações conduzidas no âmbito do Projeto Fronteira Ocidental no centro urbano de Vila Bela da Santíssima Trindade, envolvendo a comunidade local (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2002).

Nesse sentido, apontamos também que o programa de arqueologia realizado junto ao Arraial permitiu o desenvolvimento de pesquisa de mestrado voltada à análise de artefatos metálicos oriundos de escavações sistemáticas realizadas em seu interior (TRONCOSO, 2013). Da mesma forma, outras pesquisas de natureza acadêmica foram desenvolvidas a partir das ações desencadeadas no âmbito do Projeto Fronteira Ocidental (ROSA, 2009; LIMA, 2010; SYMANSKI e ZANETTINI, 2010).

Destarte, uma vez estabelecido o potencial que a arqueologia apresenta através de ferramentas de avaliação e significação, esta reflexão tenciona discutir como a disciplina pode contribuir para a preservação dos vestígios que caracterizam o patrimônio arqueológico do contexto aqui descrito. É de conhecimento notório que a maioria dos empreendimentos atuais voltados à exploração mineral encontra-se junto a áreas onde, no passado, houve exploração mineral, e que possuem um determinado tempo de vida útil para operar e extrair minérios. Uma vez alcançado tal limite de tempo e esgotadas as jazidas exploradas, se dá a efetiva desativação da lavra. Diante de tal cenário, no que diz respeito ao Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, o Programa de pesquisa no qual está inserido também tem buscado insumos a fim de elaborar proposições voltadas ao seu futuro uso público e preservação.

Ao avaliarmos o quadro sul-americano de exploração mineral pretérita, conforme apontado Funari et al. (2009), apesar da diversidade do seu contexto, seja em um nível físico ou identitário pós-Conquista, subjaz um fundo histórico comum: as áreas colonizadas foram marcadas pela produção de recursos para o benefício das potências coloniais. No que diz respeito às relações entre as regiões mineradoras e o restante do mundo, é correto dizer que a mineração pode ser entendida como componente fundamental nos relacionamentos gerados entre Estados nacionais, comunidades locais e as potências estrangeiras. Contudo, apesar da importância da mineração em processos históricos, ao revermos as investigações arqueológicas levadas a cabo no bojo desse contexto, torna-se evidente certa escassez de trabalhos de cunho sistemático. Tal escassez mostra-se como um fator que coloca a arqueologia em desvantagem com relação à etno-história, a historiografia e antropologia no tocante a contribuições para a compreensão do papel que esta atividade desempenhou nos processos históricos em escala local, regional e global (SALAZAR e VILCHES, 2014).

Para que a arqueologia possa contribuir com a compreensão da longa história da mineração e suas ligações com o contexto ambiental, tecnológico, econômico, sociopolítico e cultural em que se desenvolveu, é essencial que seus estudos estejam relacionados diretamente à materialidade que caracteriza o universo da exploração mineral. Contudo, as contribuições da arqueologia da mineração vão além do componente tecnológico, e não se limitam a corroborar a documentação histórica, identificar antigos trabalhos sem documentos ou conhecer as técnicas e tecnologias de mineração. A arqueologia pode fornecer uma perspectiva complementar a outras disciplinas para compreender, a partir da materialidade, fenômenos tais como as práticas diárias em comunidades mineiras, relações sociais, rituais, atividades e até

mesmo estratégias de dominação, disciplina e resistência, além de compreensão a organização dos sistemas de produção e a sua integração nas economias regionais (SALAZAR e VILCHES, 2014).

Cabe apontar, ainda, alguns exemplos que dialogam com a proposta desta reflexão, associados a um cenário de conflitos atuais, no âmbito de obras que buscaram estabelecer um elo entre a investigação do passado com processos de patrimonialização da materialidade histórica mineira, evidenciando algumas tensões entre o Estado, as comunidades locais e o capital estrangeiro em termos de definição de patrimônio e de quem o detém efetivamente (RIVERA e LORCA, 2010).

Na Bolívia, por exemplo, há o caso de Cerro Rico de Potosí e os conflitos sociais produzidos a partir da contradição entre uma identidade cultural promovida pela UNESCO, e sua recente patrimonialização por parte do governo boliviano (ABSI e CRUZ, 2005), onde grupos mineiros buscam reexplorar áreas de exploração mineral já fechadas. Podemos mencionar outro contexto semelhante, observado na mina de sal de São Francisco de Assis, em Huarhua, no sul do Peru, propriedade do Estado, explorada por uma cooperativa de moradores locais que disputam o seu controle (JENNINGS et al., 2013). Por sua vez, as minas de sal do Vale da Lua, em San Pedro de Atacama, são agora parte de uma reserva natural administrada pelo governo do Chile e por uma associação indígena. Quando outrora abandonadas, tanto o Estado quanto a associação não conseguiram resolver um problema jurídico referente ao controle legal das terras que constituem a reserva (VILCHES et al., 2014). O denominador comum nos exemplos citados acima diz respeito à situação de abandono total ou parcial de bens marcados por seu valor arqueológico. Esse fato é revelador de que a arqueologia é capaz de mediar disputas, ajudando a respaldar uma ou mais partes envolvidas em eventuais conflitos (SALAZAR e VILCHES, 2014).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de qualquer pesquisa arqueológica deve procurar uma abordagem pluralista para o estudo do passado, buscando conciliar os interesses da arqueologia com os interesses da sociedade, inserindo a disciplina dentro das necessidades e expectativas da comunidade (LITTLE apud SILVA et al., 2011). Portanto, as comunidades devem participar do estabelecimento de parâmetros relevantes para a arqueologia, tendo suas vozes ouvidas, uma vez que a pesquisa arqueológica deve procurar a inclusão de todos no passado (LITTLE, 2009).

Dada esta perspectiva, a reflexão desta pesquisa deve levar em conta a relação entre as comunidades associadas à história do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, especialmente a comunidade do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, diretamente relacionado ao contexto ocupação do sítio arqueológico. Com base em uma pesquisa de caráter participativo, colaborativo e multivocal, o que implica

na consulta às comunidades envolvidas a fim de entender o grau de importância e interesse sobre o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, o processo de gestão e preservação do sítio deve buscar por um processo crítico e dialógico ao longo da construção do conhecimento arqueológico, processo esse que leve em consideração as diversas concepções dos grupos envolvidos em relação ao passado (SILVA et al., 2011).

Desta maneira, em termos metodológicos, esta reflexão busca considerar o desenvolvimento de uma abordagem que estabeleça algumas estratégias consideradas essenciais para a prática colaborativa, como a promoção da interação social entre a equipe de pesquisa e da comunidade local, promovendo um diálogo com a comunidade sobre a necessidade de preservação do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada e sua relação com os moradores de Vila Bela como uma herança cultural, oferecendo novas perspectivas sobre o passado e o presente, bem como desenvolver uma sensibilidade crítica para reconhecer e definir os valores que os cercam, permitindo a fruição dos vestígios remanescentes por parte das comunidades locais.

Por fim, conforme discutido ao longo da apresentação deste trabalho no âmbito do 1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil, deve ser destacado o atual momento marcado por uma série de graves ameaças frente ao patrimônio arqueológico, histórico e cultural, advindas na forma de projetos de lei cujas propostas causariam sérios riscos ao desenvolvimento de pesquisas arqueológicas no âmbito do licenciamento ambiental, seja pela redução dos prazos do licenciamento e eliminação das fases que o caracterizam (PLS 654/2015), seja pela desobrigação da realização dos estudos voltados ao licenciamento de acordo com o enquadramento de categorias de empreendimentos, como, por exemplo, aqueles relacionados a atividades agrícolas e silvicultura, entre outros (PL 3.729/2004). Conforme destacado em manifestação expressa pela Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) em maio de 2017, são inúmeros os sítios que apresentam extrema relevância para a sociedade brasileira identificados em estudos desenvolvidos sob a legislação vigente no âmbito do licenciamento ambiental (SAB, 2017), citando entre outros, o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada. Destarte, ferramentas que busquem o aprimoramento do processo de licenciamento ambiental, quando necessário, têm de estar imbuídas de um senso de prudência que evite que políticas públicas que devem ser pensadas em prol da sociedade atendam a interesses privados, impactando o processo de conhecimento do passado, tão caro à sociedade (PLENS et al., 2017; SAB, 2017).

A gestão do patrimônio não pode ser considerada com um objetivo em si mesmo, e deve estar voltada a busca constante de respostas sobre qual o seu propósito. A gestão dos recursos arqueológicos faz-se necessária na medida em que beneficia as comunidades locais e a sociedade como um todo. Tais benefícios podem ser entendidos como uma ponte que liga a sociedade a um ou mais valores associados a vestígios arqueológicos, sejam estes valores de caráter científico, estético, educacional, econômico, social e cultural, sendo que quadros legais e políticos podem orientar e/

ou restringir a maneira como os gestores dos recursos patrimoniais poderão fornecer acesso aos benefícios apontados (LIPE, 2009).

Desta forma, esperamos que a discussão aqui apresentada, ainda que incipiente, possa contribuir com uma reflexão acerca das possibilidades, práticas e objetivos da gestão dos recursos arqueológicos, especificamente no que diz respeito ao Arraial de São Francisco Xavier da Chapada. As ações desenvolvidas no bojo do monitoramento arqueológico do Arraial têm fornecido, gradualmente, elementos válidos ao manejo da área protegida, com a avaliação periódica dos possíveis efeitos negativos frente ao patrimônio, em decorrência da operação de mineração contemporânea instalada em seu entorno, conforme já apontado. Da mesma maneira, essas ações também proporcionam a coleta de elementos que deverão fundamentar as propostas voltadas ao futuro uso público do bem tombado após o encerramento das atividades minerárias locais e desativação da lavra (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2015). Nossos recursos arqueológicos, portadores de enorme relevância, se manifestam por meio de um conjunto de bens bastante diversificado, que supera em quantidade o número de pesquisadores responsáveis por sua gestão e proteção. Sendo assim, cabe àqueles responsáveis diretamente por sua gestão otimizar o uso dos bens arqueológicos, marcados por recursos não renováveis, proporcionando sua fruição, proteção e benefícios, no longo prazo, a todos os grupos sociais envolvidos.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer à Zanettini Arqueologia pela cessão das imagens que ilustram este texto.

REFERÊNCIAS

ABSI, Pascale; CRUZ, Pablo J. Patrimonio, ideología y sociedad. Miradas desde Bolivia y Potosí. **Tinkazos**, La Paz, n.19, p. 77-97. 2005.

AMADO REINO, Xesús; BARREIRO MARTÍNEZ, David; CRIADO BOADO, Felipe; MARTÍNEZ LÓPEZ, Carmen. Especificaciones para una gestión integral del impacto desde la arqueología del paisaje. **TAPA (Traballos en Arqueoloxía e Patrimonio)**, 26. Santiago de Compostela, Laboratorio de Patrimonio, Paleoambiente e Paisaxe, Universidade de Santiago de Compostela. 2002.

ANCA, Javier L. La arqueología desde el sector privado: actividad profesional o empresarial. **Resumen de los cursos de postgrado impartidos en la Universidad de Santiago en los años 1998 y 2000**. 2008.

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista da USP**, São Paulo, n.44, p. 32-51, dezembro/fevereiro. 1999-2000.

BERKSON, Alice. Talking to Tree Huggers: integrating archaeology into natural resource programs. **The SAA archaeological record**, v.9, n.1, p. 14-17. 2009.

CALDARELLI, Solange B. Levantamento arqueológico em planejamento ambiental. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento 3**: 347-369. 1999.

CALDARELLI, Solange B. A arqueologia como profissão. In: Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, IX, 2000, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro, 2000, 15 p.

CALDARELLI, Solange B. Participação da arqueologia na criação de Unidades de Conservação no Brasil como medida compensatória aos impactos sobre o patrimônio arqueológico. In: **Conferência da REDE de Língua Portuguesa de Avaliação de Impactos** - Lisboa (Fundação Cidade de Lisboa), 1.^a. 16-19 de junho de 2010.

CALDARELLI, Solange B.; SANTOS Maria do C. M. M. Arqueologia de contrato no Brasil. **Revista da USP**, São Paulo, n.44, p. 52-73, dezembro/fevereiro. 1999-2000.

COLLCUTT, Simon. The archaeologist as consultant. In: HUNTER, J.; RALSTON, I. (Orgs.) **Archaeological Resource Management in the UK**. Dover: Alan Sutton Publishing, 1994. p. 158-168.

CRESPI, Muriel. Raising Muted Voices and Identifying Invisible Resources. **CRM**, v.23, n.5, p. 4-6. 2001.

DARVILL, Timothy. Approaching value and importance in archaeological resource management. In: MATHERS, C.; DARVILL, T; LITTLE, B. J. (Eds.). **Heritage of Value, Archaeology of Renown**. Gainesville: University of Florida Press, 2005. p. 21- 42.

DEEBEN, J; Groenewoudt, Bert.J; Hallewas, D. P; Willems, Willem J.H. Proposals for a practical system of significance evaluation in archaeological heritage management. **European Journal of Archaeology**, v.2, n.2, p.177-99. 1999.

ELIOT, Thomas S. **Notas para uma definição de cultura**. 1^a ed. São Paulo: Editora Perspectiva, (2013 [1948]).

ENDERE, Maria L. **Arqueología y Legislación en Argentina. Cómo proteger El patrimonio arqueológico**. Tandil, Departamento de Publicaciones UNCPBA, Série Monográfica INCUAPA, v.1. 2000.

FERRIS, Neal. When the air thins: the rapid rise of the archaeological consulting industry in Ontário. **Revista de Arqueologia Americana**, n. 21, p. 53-88. 2002.

FOGOLARI, Everson P. **Gestão em projetos de arqueologia**. 2007. 176 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FUNARI, Pedro P de Abreu; ZARANKIN, Andres; SALERNO, Melissa A. (2009). Historical Archaeology in South America. In: Majewsky, T; Gaimster, D. (Eds.). **International Handbook on Historical Archaeology**. New York: Springer, 2009. p. 399- 408.

HODDER, Ian. **The Archaeological Process – An Introduction**. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

HODDER, Ian. **Archaeology beyond Dialogue**. Salt Lake City: The University of Utah Press, 2003.

JENNINGS, Justin; PALACIOS, Félix; TRIPCEVICH, Nicholas; ALVAREZ, Willy Y. The Huarhua rock salt mine: archaeological implications of modern extraction practices. In: Tripcevich, N; Vaughn, K. (Eds.). **Mining and quarrying in the ancient Andes. Sociopolitical, economic and symbolic dimensions**. New York: Springer, 2013. p.123-136.

JULIANI, Lúcia J. C. O. **Gestão arqueológica em metrópoles: uma proposta para São Paulo**. 1996. 161 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

KING, Thomas F. **Cultural Resource Management: essays from the edge**. Oxford: Altamira Press, 2002.

KING, Thomas F. **Doing Archaeology: A Cultural Resource Management Perspective**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2005.

KING, Thomas F. (Org.). **A Companion to Cultural Resource Management**. Blackwell Publishing, 2011.

KING, Thomas F.; PARKER, Patricia L; BERG, Gary. **Anthropology in historic preservation: caring for culture's clutter**. New York: Academic Press, 1977.

LIMA, André P. S. de. **Academia, contrato e patrimônio: visões distintas da mesma disciplina**. 2010. 156 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LIMA, Luiz F. E. **A ocupação Pré-Colonial na Fronteira Ocidental – Adaptabilidade humana, Territorialidade e Aspectos Geomorfológicos na Microrregião do Alto Guaporé, Mato Grosso**. 2010. 672 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LIPE, William D. Archaeological Values and Resource Management. In: LYNNE, S.; LIPE, W. (Eds.). **Archaeology & Cultural Resource Management: Visions for the Future**. Santa Fe: School for Advanced Research Press, 2009. p.41-63.

LITTLE, Barbara. What can archaeology do for justice, peace, community, and the earth? **Historical Archaeology**, v.43, n.4, p. 115-119, 2009.

MACEDO, Sofia. Gestão privada de sítios arqueológicos públicos. **ERA Arqueologia**, v. 4, p. 30-32, 2002.

MATHERS, Clay; DARVILL, Timothy; LITTLE Barbara L. (Eds.). **Heritage of Value, Archaeology of Renown**. Gainesville: University of Florida Press, 2005.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Arqueologia de Salvamento no Brasil: uma avaliação crítica. In: **Seminário sobre Política de Preservação Arqueológica**, 1988, Rio de Janeiro: PUC-RJ. Sessão: Arqueologia de Salvamento (não publicado).

MONTICELLI, Gislene. **Arqueologia em obras de engenharia no Brasil: uma crítica aos contextos**. 2005. 370 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MONTICELLI, Gislene. **Deixe Estar. Patrimônio, Arqueologia e Licenciamentos Ambientais**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2010.

MORATTO, Michael J.; KELLY, Roger E. Optimizing strategies for evaluating archaeological significance. In: SCHIFFER, M (Ed.). **Advances in Archaeological Method and Theory**, 1978. p.1-30.

PLENS, Cláudia R.; PY-DANIEL, Anne R.; MORAES, Claide P. (2017). A grande ameaça ao patrimônio arqueológico brasileiro. **Carta Maior**. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-grande-ameaca-ao-patrimonio-arqueologico-brasileiro/4/38223>> Acesso em: 9 jun. 2017.

RIVERA, Francisco; LORCA, Rodrigo. Uso social de una Arqueología Histórica del Capitalismo y los dilemas de su patrimonialización: el caso del Mineral de Capote. **Revista Chilena de Antropología**, n.22, p. 33-56. 2010.

ROSA, João H. **Entre alagados e penhascos: o ouro da liberdade nas resistências quilombolas do século XVIII na capitania de Mato Grosso - região mineradora Guaporeana**. 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SALAZAR, Diego; VILCHES, Flora. La arqueología de la minería en el centro-sur andino: Balance y perspectivas. *Arqueología y Antropología Surandinas*. **Estudios Atacameños**, n.48, p. 5-21. 2014.

SANTOS, Maria C. M. M. **A problemática do levantamento arqueológico na avaliação de impacto ambiental**. 2001. 174 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCHIFFER, Michael B.; HOUSE, John H. An Approach to Assessing Scientific Significance. In: SCHIFFER, M.; GUMMERMAN, G. (Eds.). **Conservation Archaeology: A Guide for Cultural Resource Management Studies**. New York: Academic Press, 1977. p.249-257.

SCHMITZ, Pedro I. Avaliação e perspectivas da Arqueologia Brasileira. **Canindé - Revista do Museu de Arqueologia de Xingó**, n. 1, p. 53-61, dezembro. 2001.

SHARROCK, Floyd W.; GRAYSON, Donald K. "Significance" in contract archaeology. **American Antiquity**, v. 44, n.2, p. 327-28. 1979.

SILVA, Fabíola A.; BESPALÉZ, Eduardo; STUCHI, Francisco F. Arqueologia colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Koatinemu, Rio Xingu, Pará. **Amazônica: Revista de Antropologia**, v. 3, n.1, p. 32-59. 2011.

SKEATES, Robin. **Debating the Archaeological Heritage**. London: Bristol Classical Press, 2000.

Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). **Manifesto contra Substitutivo ao Projeto de Lei N.3.729/2004 do relator Deputado Mauro Pereira**. Disponível em: <http://www.sabnet.com.br/download/download?ID_DOWNLOAD=439>. Acesso em 4 jun. 2017.

SYMANSKI, Luís C. P.; ZANETTINI, Paulo E. Encontros culturais e etnogênese: O caso das comunidades Afro-Brasileiras do Vale do Guaporé. **Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v.4, n.2, p. 89-124. 2010.

TRONCOSO, Lucas P. S. **Um estudo arqueometalúrgico dos artefatos resgatados do Arraial de São Francisco Xavier**. 2013. 311 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TRONCOSO, Lucas P. S. **Horizontes mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental**. 2015. Projeto de Doutorado apresentado ao Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VILCHES, Flora.; SANHUEZA, Lorena; GARRIDO, Cristina. Patrimonio (in)visible: arquitectura de remeseros en San Pedro de Atacama. **ARQ (Santiago)**, Santiago, n.88, p. 76-85, diciembre. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-69962014000300014&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 10 de junho de 2017. <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-69962014000300014>.

WILLEMS, Willem; VAN DEN DRIES, Monique. **Quality Management in Archaeology**. London: Oxbow, 2007.

WILLIAMSON, Ron F. Trends and Issues in Consulting Archaeology. **Canadian Journal of Archeology**, v.24, n.2, p. 158-162. 2000.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Relatório Técnico. Projeto Fronteira Ocidental: Arqueologia e**

História Vila Bela da Santíssima Trindade (Fase 1). Zanettini Arqueologia, SECMT, 2002.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Relatório Final. Projeto São Francisco – Monitoramento Arqueológico Ano de 2011.** Vila Bela da Santíssima Trindade / Conquista D'Oeste, 2011, 199 p.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Relatório Consolidado das Ações de Monitoramento Arqueológico (2005-2014). Projeto São Francisco.** Vila Bela da Santíssima Trindade / Conquista D'Oeste, Mato Grosso, 2015, 202 p.

ZANETTINI, Paulo E. **Arqueologia e Sociedade.** IN: Reunión Internacional de Teoría Arqueológica en América del Sur, IV. Inter-Congreso del WAC, 2008. Catamarca, Argentina.

ZIMMERMAN, Larry J. Sharing control of the Past. **Archaeology**, v.47, n.6, p. 67-68. 1994.

ZIMMERMAN, Larry J. Consulting Stakeholders. In: BALME, J.; PATERSON, A. (Eds.) **Archaeology in Practice.** Victoria: Blackwell Publishing, 2006. p.39-58.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-38-3

